Majoria General da Armada**1.ª Repartição****3.ª Secção****DECRETO N.º 1:320**

Sendo do reconhecida necessidade completar o quadro de segundos condutores de máquinas da armada, atendendo aos diversos serviços da marinha de guerra e colonial:

Considerando que não há actualmente alunos especialmente destinados a segundos condutores de máquinas;

Considerando que é da maior vantagem que sejam admitidos a concurso indivíduos já habilitados com o 1.º grau do curso de maquinistas mercantes;

Considerando que de entre esses indivíduos alguns haverá que já tenham mais de vinte e um anos de idade, limite máximo que a alínea c) do artigo 33.º da lei de 5 de Junho de 1903, estabelece para admissão: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ao próximo concurso para segundos condutores de máquinas da armada apenas são admitidos indivíduos habilitados com exame de 1.º grau do curso de maquinistas mercantes, e nos concursos ulteriores será esta habilitação a primeira condição de preferência para admissão.

Art. 2.º É aumentado a vinte e três anos para os candidatos que possuam exame do 1.º grau do curso de maquinistas mercantes o limite máximo de idade a que se refere a alínea c) do artigo 33.º da lei de 5 de Junho de 1903.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915.— *Manuel de Arriaga*— *José Joaquim Xavier de Brito*.

DECRETO N.º 1:321

Tendo o decreto de 12 de Setembro de 1911 reduzido, pelo artigo 1.º, o tempo de serviço activo dos mancebos recrutados para a armada, a quatro anos, e determinando a alínea c) do artigo 104.º do regulamento orgânico do corpo de marinheiros, e o n.º 3.º do artigo 35.º do regulamento do serviço de saúde naval que os concorrentes ao curso de ajudantes de enfermeiros, se forem praças da armada, tenham dois anos de embarque, o que junto ao tempo de serviço prestado na instrução preliminar de recrutas e ao ano despendido na frequência do respectivo curso reduz a período inferior a um ano o prazo que as mesmas praças poderão prestar como ajudantes de enfermeiros, o que é da maior inconveniência para o serviço: sob proposta do Ministro da Marinha, hei por bem decretar que nas condições para admissão nos concursos de ajudantes enfermeiros seja dispensada a condição 3.ª do artigo 35.º do regulamento do serviço de saúde naval e alínea c) do artigo 104.º do regulamento orgânico do corpo de marinheiros.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915.— *Manuel de Arriaga*— *José Joaquim Xavier de Brito*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO**Direcção Geral da Agricultura****Secção do Fomento Commercial****DECRETO N.º 1:322**

Havendo surgido na prática dificuldades para a execução do disposto nos decretos n.ºs 1:223 e 1:261, res.

pectivamente do 30 de Dezembro de 1914 e 8 de Janeiro de 1915, e reconhecendo-se os inconvenientes de manter em vigor os mesmos diplomas:

Tendo ouvido o Conselho de Ministros; e

Usando das faculdades concedidas ao Governo pela lei n.º 275 de 8 de Agosto de 1914:

Hei por bem decretar que fiquem sem efeito os decretos n.ºs 1:223, de 30 de Dezembro de 1914, e n.º 1:261, de 8 de Janeiro de 1915.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915.— *Manuel de Arriaga*— *Joaquim Pereira Pimenta de Castro*— *Pedro Gomes Teixeira*— *Guilherme Alves Moreira*— *Herculano Jorge Galhardo*— *José Joaquim Xavier de Brito*— *José Jerónimo Rodrigues Monteiro*— *José Nunes da Ponte*— *Teófilo José da Trindade*— *Manuel Goulart de Medeiros*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS**Direcção Geral das Colónias****2.ª Repartição****1.ª Secção****DECRETO N.º 1:323**

Tendo-se reconhecido a necessidade duma nova prorrogação para os pagamentos em moeda estrangeira na metrópole, como consta da lei n.º 289, de 8 de Janeiro último;

Tornando-se urgente habilitar os governadores das províncias ultramarinas com os poderes precisos para ocorrerem às vicissitudes que a crise financeira na Europa pode suscitar nas colónias;

Usando da autorização concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os governadores das províncias ultramarinas ficam autorizados, precedendo voto afirmativo do Conselho do Governo, a conceder, pelo prazo de noventa dias, uma outra prorrogação sem protesto para os pagamentos em moedas estrangeiras representados em letras, cheques, conta corrente e operações cambiais, nos termos da lei n.º 289, de 8 de Janeiro último.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Fevereiro de 1915.— *Manuel de Arriaga*— *Teófilo José da Trindade*.

3.ª Repartição**DECRETO N.º 1:324**

Atendendo a que Álvaro Pereira Carvalho, preparador dos serviços agrícolas e de arborização da província do Cabo Verde, requereu para que lhe fôsem fixadas as ajudas de custo;

Atendendo a que o preparador dos referidos serviços, tendo que deslocar-se amiudadamente, para a colheita e preparação dos exemplares quer botânicos quer comerciais ou industriais do museu criado pelo decreto de 7 do Setembro de 1912;

Atendendo a que no referido diploma lhe não foram fixados, nem o *quantum* destas ajudas de custo nem o número de dias a que a elas poderá ter direito;

Atendendo ainda a que da verba mandada inscrever